

OFÍCIO Nº 057/2023

Passos, MG, 18 de julho de 2023.

Ao Ilustríssimo Senhor

Deusmar Raimundo de Moraes

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São José da Barra

**Assunto: Celebração de Convênio de Saída**

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara dos Vereadores,

Em atendimento ao art. 116, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993 e ao art. 33, caput e inciso I, do Decreto Estadual nº 46.319/2013, vimos por meio desta informar a celebração do convênio de saída nº 020/2023, em anexo, entre o Ministério Público, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, com a interveniência do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, e a AMEG.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais e, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



Karina Silveira Meirelles  
Chefe de Departamento de Desenvolvimento e  
Gestão de Convênios da AMEG



Henrique Rodarte Fernandes Silva  
Secretário Executivo da AMEG







## CONVÊNIO N.º 020/2023

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, COM INTERVENIÊNCIA DO FUNDO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, E A ASSOCIAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE - CONSÓRCIO AMEG.**

**CONCEDENTE:** Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, com sede na Av. Álvares Cabral, n.º 1.690, Bairro Santo Agostinho, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.971.057/0001-45, neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, doravante denominada **PROCURADORIA**, com interveniência do **Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor**, neste ato representado por sua Presidente, **Thaís de Oliveira Leite**.

**CONVENENTE:** Associação Pública dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande - **Consórcio AMEG**, inscrito no CNPJ sob o n.º 35.617.360/0001-11, com sede na Rua Benedita da Silveira Maia, n.º 144, São Francisco, bairro Jardim Pinheiros, em Passos/MG, CEP: 37.903-660, neste ato representada por seu Presidente, **Diego Rodrigo de Oliveira**.

Resolvem celebrar o presente Convênio, nos termos da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, da Lei Federal n.º 8.666/93, e suas alterações posteriores, da Resolução PGJ n.º 22/2017, conforme as cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente convênio a articulação, a integração e o intercâmbio institucional entre os partícipes, visando à implementação do Projeto "Estruturação e Manutenção do Serviço de Inspeção Regional Consorciado", a fim de assegurar a proteção e defesa dos interesses difusos e coletivos, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS**

Integram este Termo de Convênio, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho, proposto pelo **CONVENENTE** e aceito pelo **CONCEDENTE**, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os acatam integralmente.

**Subcláusula Única.** Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente do **CONCEDENTE**.

### **CLÁUSULA TERCEIRA- DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES**

Sem prejuízo do constante nas demais Cláusulas deste Convênio, são obrigações dos partícipes:

#### **3.1.) DA PROCURADORIA - CONCEDENTE:**

- a) Indicar os valores e reservar os respectivos recursos orçamentários na legislação orçamentária da CONCEDENTE, para a execução do presente Convênio;
- b) Transferir ao CONVENENTE os recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, de acordo com a programação orçamentária e financeira do MPMG e o estabelecido no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;
- c) Acompanhar, avaliar e aferir, sistematicamente, a execução física e financeira do objeto deste Convênio, bem como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos, comunicando ao CONVENENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal;
- d) Analisar e, se for o caso, aceitar as propostas de alteração do Convênio e do seu Plano de Trabalho;
- e) Dispor de condições e de estrutura para o acompanhamento, verificação da execução do objeto e o cumprimento dos prazos relativos à prestação de contas; e
- f) Divulgar atos normativos e orientar o CONVENENTE quanto à correta execução dos projetos e atividades.

#### **3.2.) DO CONSÓRCIO - CONVENENTE :**

- a) Realizar contratação para a aquisição dos bens/serviços necessários à estruturação e manutenção do Serviço de Inspeção Regional Consorciado, com vistas à consecução das atividades relacionadas ao projeto, observando-se as disposições consignadas na Lei n.º 8.666, de 1993, e demais legislações pertinentes, inclusive quanto à prestação de contas perante o Tribunal de Contas do Estado;
- b) Assumir todas as obrigações legais decorrentes de contratações necessárias à execução do objeto deste Convênio;
- c) Comprovar que os valores percebidos pelo CONCEDENTE foram aplicados na execução do presente Convênio;
- d) Devolver os valores não utilizados na execução do Convênio;
- e) Executar e fiscalizar o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aceito pelo CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;
- f) Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Convênio;
- g) Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica do projeto e da execução do produto conveniado, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;
- h) Submeter previamente ao CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aceito, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- i) Manter e movimentar os recursos financeiros em conta bancária específica do convênio de saída, em nome do Convenente, em instituição financeira oficial. Enquanto não utilizados na sua finalidade, os recursos deverão ser aplicados em caderneta de poupança, se a previsão de seu uso

for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos inferiores a um mês.

j) Realizar o controle da proporcionalidade dos rendimentos das aplicações de que tratam a alínea anterior em relação à contrapartida financeira, se for o caso, e apresentá-lo sempre que solicitado pelo CONCEDENTE, inclusive no momento da prestação de contas, conforme disposto na cláusula décima primeira deste Convênio.

k) Selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando ao CONCEDENTE sempre que houver alterações;

l) Estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do Convênio, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;

m) Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

n) Apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Convênio, nos termos da cláusula décima primeira deste convênio;

o) Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Convênio, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;

p) Permitir ao CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Convênio;

q) Dar ciência aos órgãos de controle ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público Federal, o respectivo Ministério Público Estadual e a Advocacia-Geral da União;

r) Exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o contrato administrativo de aquisição dos bens/serviços especificados no item VI do Anexo Único deste Convênio;

s) Identificar o veículo adquirido com a expressão "Veículo adquirido com recursos do FEPDC";

t) Comprometer-se a não divulgar os dados a que tenha acesso em virtude deste convênio ou repassá-los a terceiros, ainda que após o término da vigência do instrumento, salvo com autorização expressa do concedente ou em virtude de legislação específica que determine a sua divulgação.

**Subcláusula Única:** Os rendimentos das aplicações financeiras de que tratam a alínea "i" do item 3.2 poderão ser aplicados na execução do objeto do convênio, porém sua utilização deverá ser justificada e comprovada na prestação de contas, estando sujeita às mesmas condições exigidas para os recursos transferidos.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS HUMANOS**

Os recursos humanos utilizados por qualquer dos partícipes nas atividades inerentes ao presente Convênio não sofrerão alterações em sua vinculação empregatícia e/ou funcional com as instituições de origem, às quais cabe a responsabilidade por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária decorrentes, inexistindo responsabilidade solidária.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, neste ato fixados em **R\$ 401.364,00** (quatrocentos e um mil, trezentos e sessenta e quatro reais), serão alocados de acordo

com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme as seguintes classificações orçamentárias:

I - R\$ 326.045,22 (trezentos e vinte e seis mil, quarenta e cinco reais e vinte e dois centavos) e R\$ 21.033,06 (vinte e um mil, trinta e três reais e seis centavos), à conta das dotações orçamentárias da **CONCEDENTE** n.º 4451.03.061.738.4.256.0001.4.4.70.41.01.0 - Fonte 60.1 e 4451.03.061.738.4.256.0001.3.3.70.41.01.0 - Fonte 60.1 para a aquisição dos bens/serviços especificados no item V do Anexo Único deste Convênio;

II - R\$ 54.285,72 (cinquenta e quatro mil, duzentos e oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos) relativos à contrapartida, conforme percentual mínimo previsto na lei anual diretrizes orçamentárias para o presente exercício, correrão à conta das dotações orçamentárias da **CONVENENTE** ns.º 2020204.0412200012.006 - Manutenção das Atividades do Departamento de Inspeção de Origem Animal, 31901100000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - FICHA 43 e 31901300000 - Obrigações Patronais - FICHA 44, para suportar as despesas necessárias, nos termos do item 3.2 da cláusula terceira deste Convênio e do Anexo Único.

**Subcláusula Primeira.** Em caso de ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo das metas constante no Plano de Trabalho poderá ser reduzido até a etapa que não prejudique a funcionalidade do objeto pactuado, mediante aceitação do **CONCEDENTE**.

**Subcláusula Segunda.** O **CONVENENTE** obriga-se a incluir em seu orçamento os subprojetos/subatividades contemplados pelas transferências dos recursos para a execução deste Convênio.

## **CLÁUSULA SEXTA- DA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO**

Os partícipes designarão os respectivos executores do presente instrumento, suas atribuições, ocupações e rotinas, os quais serão responsáveis por seu acompanhamento e fiscalização, bem como pelo cumprimento de suas cláusulas.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente convênio é de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado somente nos casos excepcionais em que a lei permitir, com as devidas justificativas de autorização do Concedente.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS**

8.1 - Os bens patrimonializáveis adquiridos com os recursos consignados neste Convênio incorporarão o patrimônio do **CONVENENTE**, visando assegurar a continuidade do objetivo do instrumento.

8.2 - A responsabilidade pela correta aplicação dos recursos é do ordenador de despesas cada Ente consorciado.

## **CLÁUSULA NONA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

Os partícipes poderão denunciar este Convênio, a qualquer tempo, mediante comunicação escrita ao outro com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e formalização do respectivo termo de extinção sem prejuízo do trâmite regular dos trabalhos em curso na vigência do mesmo, bem como rescindi-lo no caso de descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas e condições.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS MODIFICAÇÕES E DAS ADESÕES**

Este Convênio poderá ser modificado a qualquer tempo, inclusive para incluir novos partícipes e/ou intervenientes que atendam às exigências legais para contratação com a Administração Pública, desde que com anuência de todos, por meio de termo aditivo, e com publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

O CONVENENTE prestará contas dos recursos recebidos e da contrapartida aplicada à PGJ no prazo de 60 (sessenta) dias após o término da vigência deste instrumento, com os seguintes documentos, no mínimo:

1. ofício de encaminhamento, com relatório de cumprimento do objeto e da aplicação dos recursos;
2. comprovante de devolução dos saldos em conta;
3. cópia das notas fiscais emitidas pela empresa contratada;
4. informações sobre os empenhos, liquidações e pagamentos realizados.

**Subcláusula primeira** - A prestação de contas a que se refere o caput desta cláusula não exige o CONVENENTE da prestação de contas aos órgãos de controle interno e externo.

**Subcláusula segunda** - Os saldos em conta, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, não utilizadas no objeto pactuado, serão devolvidos ao concedente, observada a proporcionalidade dos recursos transferidos e da contrapartida, previstos no plano de trabalho, até 60 (sessenta) dias após o término da vigência.

**Subcláusula terceira** - Caso a prestação de contas não seja encaminhada no prazo acima, o ordenador de despesas do concedente assinalará o prazo máximo de 15 (quinze) dias para a sua apresentação ou para a restituição dos recursos financeiros antecipados, corrigidos monetariamente, na forma da lei, incluídos os rendimentos da aplicação financeira.

**Subcláusula quarta** - Caso a prestação de contas não seja encaminhada no prazo ou não seja aprovada, será mantido da inadimplência do Convenente até a regularização e, se for o caso, proceder-se-á a instauração de tomada de contas especial, na forma da legislação vigente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

O presente instrumento será publicado pela PROCURADORIA no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, nos termos da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES**

Integram o presente instrumento, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho e a Resolução PGJ nº 22/2017, que autoriza o repasse de verbas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

É competente o foro de Belo Horizonte para dirimir qualquer questão oriunda do presente convênio, nos termos da Lei n.º 8.666/93.

**ANEXO ÚNICO**  
**PLANO DE TRABALHO**

**I – TÍTULO DO PROJETO:**

<b>Estruturação e Manutenção do Serviço de Inspeção Regional Consorciado</b>
--

**II – IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES:**

<b>ÓRGÃO/ENTIDADE CONCEDENTE</b> Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça				<b>CNPJ</b> 20.971.057/0001-45	
<b>ENDEREÇO</b> Avenida Álvares Cabral, 1690 - Bairro Santo Agostinho					
<b>CIDADE</b> Belo Horizonte	<b>UF</b> MG	<b>CEP</b> 30.170-001	<b>DDD/TELEFONE</b> (31) 3330-8132	<b>INSC. ESTADUAL</b> Isento	
<b>NOME DO RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO</b> Jarbas Soares Júnior				<b>CPF</b>	
<b>RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR</b>			<b>CARGO/FUNÇÃO</b> Procurador geral de justiça	<b>MATRÍCULA</b>	

<b>ÓRGÃO/ENTIDADE CONVENIENTE</b> Associação Pública dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande – Consórcio AMEG				<b>CNPJ</b> 35.617.360/0001-11	
<b>ENDEREÇO</b> Rua Benedita da Silveira Maia N° 144 – Bairro Jardim Pinheiros					
<b>CIDADE</b> Passos	<b>UF</b> MG	<b>CEP</b> 37903-660	<b>DDD/TELEFONE</b> 35-3521-9544	<b>INSC. ESTADUAL</b>	
<b>BANCO</b>			<b>AGÊNCIA</b>	<b>CONTA CORRENTE</b>	
<b>NOME DO RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO</b> Diego Rodrigo de Oliveira				<b>CPF</b> 066.705.526-61	
<b>RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR</b> MG-13368807			<b>CARGO/FUNÇÃO</b> Prefeito de Passos e Presidente do Consórcio	<b>MATRÍCULA</b>	



AMEG

**III – JUSTIFICATIVA (conforme projeto apresentado):**

A zona rural da região do Consórcio AMEG conta com milhares de estabelecimentos agroindustriais sendo a maioria oriunda da agricultura familiar, sendo estes pequenos empreendedores. Os mesmos apresentam uma considerável produção artesanal de alimentos que abastecem toda a região, garantindo assim a geração da renda familiar destes produtores. Sabemos que a cada dia os consumidores se tornam mais exigentes quanto aos alimentos que consomem, devido à grande ocorrência de casos de intoxicações e infecções alimentares, além de ser um direito humano resguardado o consumo de alimentos em quantidade e qualidade suficientes.

O Serviço de Inspeção visa resguardar o direito do consumidor ao acesso a alimentos de qualidade, isentos de perigos sejam eles químicos, físicos e microbiológicos, através do acompanhamento e instrução da produção de produtos de origem animal, sendo estes os de maior risco a saúde da população.

Hoje, o Serviço de Inspeção utiliza a sede própria do Consórcio AMEG, sendo dotada de 1 (um) computador, 1 (uma) impressora (de uso compartilhado com demais setores). O Serviço de inspeção não conta com veículo próprio.

O Serviço de Inspeção Regional conta como responsável técnico Cláudio Soares Leal, Médico Veterinário, concursado pelo regime estatutário, cedido pelo Município de Passos.

Os equipamentos e materiais solicitados neste projeto serão de suma importância para a implantação e efetivo funcionamento do Serviço de Inspeção. O Serviço de Inspeção em seu pleno funcionamento poderá atender 22 municípios do Médio Rio Grande diretamente, beneficiando em torno de 407.072 cidadãos.

Os Municípios do Consórcio AMEG produziram em 2019, de acordo com os dados do IBGE: 3.680.588kg de Tilápia, 668.687 cabeças de bovinos, 3.744.270 galináceos, 112.580kg de mel de abelha e 108.765 cabeças de suínos.

A implantação deste projeto objetiva a garantia da qualidade higiênico-sanitária dos alimentos produzidos em nossa região, garantindo assim a integridade da saúde de nossos cidadãos – questão relevante de saúde pública. O Serviço de Inspeção de forma consorciada resguarda o direito a segurança alimentar de milhares de pessoas, uma vez que somadas as populações das cidades participantes este número passa de 400.000 consumidores.

A região é conhecida também pela fabricação de queijos artesanais, em especial o Queijo Canastra. A intenção é ter 03 (três) equipes por isso solicitamos 03 (três) veículos – Uma na região de Cássia atendendo Capetinga, Claraval, Delfinópolis e Ibiraci abrangendo parte da Serra da Canastra, Uma segunda na região de Piumhi atendendo: Capitólio, Doloresópolis, Guapé, Pimenta, Piumhi, São Roque de Minas, e Vargem Bonita e abrangendo outra parte da Serra da Canastra e por fim Uma terceira na região de Passos atendendo: Alpinópolis, Carmo do Rio Claro, Fortaleza de Minas, Itaú de Minas, Pratápolis, São João Batista do Glória, São José da Barra, São Sebastião do Paraíso e São Tomás de Aquino.

O Sistema de Inspeção tem por objetivo certificar com selo de qualidade aqueles produtos que forem previamente inspecionados e ao mesmo tempo incentivar os produtores rurais a saírem da clandestinidade, alavancando seu desenvolvimento, pois legalizados terão seus mercados expandidos, podendo comercializar seus produtos no mercado formal e até mesmo mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que adquire cerca de 30% dos alimentos da agroindústria familiar.

Este projeto visa estruturar fisicamente o Serviço de Inspeção, permitindo maior segurança do alimento.

**IV – OBJETIVOS (conforme projeto apresentado):**

- Realizar a estruturação e manutenção do Serviço de Inspeção Regional Consorciado

**OBJETIVOS ESPECIFICOS:**

- Assegurar a produção de alimentos sobre padrões de qualidade higiênico sanitária satisfatória na região do consórcio.

- Garantir o direito do consumidor a uma alimentação isenta de perigos, e assim, resguardar a integridade da saúde dos mesmos.

- Incentivar os produtores e pequenos empresários de agroindústrias a saírem da clandestinidade.

- Identificar alimentos produzidos na região sobre padrões de qualidade adequado, através de selo de qualidade, facilitando o reconhecimento pelos consumidores.

- Alcançar a equivalência ao SUASA (Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária), vinculado ao SISBI – POA (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal), afim de ampliar o mercado de consumo de alimentos de qualidade.

**V – BENS E/OU SERVIÇOS A SEREM CUSTEADOS PELO CONCEDENTE (detalhamento dos itens que serão custeados com recursos do concedente, conforme projeto apresentado):**

Nº de Ordem	Especificação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Veículo de passeio, 4 portas, ar condicionado, direção hidráulica.	3	R\$ 84.000,00	R\$ 252.000,00
2	Computador de mesa All In One, 4 GB Ram, 500 GB HD, tela de 18 polegadas.	3	R\$ 8.394,50	R\$ 25.183,50
3	Impressora portátil	3	R\$ 2.141,08	R\$ 6.423,24
4	Notebook	3	R\$ 4.165,70	R\$ 12.497,10
5	Câmera fotográfica Digital	3	R\$ 3.250,00	R\$ 9.750,00
6	Mini termômetro de haste a prova d'água.	3	R\$ 204,38	R\$ 613,14
7	Termômetro a laser digital infravermelho com mira laser.	3	R\$ 249,33	R\$ 747,99
8	GPS receptor 12 canais, waypoints 1000, 24 MB de memória, à prova d'água.	3	R\$ 3.976,00	R\$ 11.928,00
9	Medidor de Índice de acidez, tipo portátil e digital, aplicação medicação de ph em soluções aquosas e ambientes crit. Características adicionais com sensor de eletrodos de ph, redução de oxigênio. Modelo Digital. Faixa medição -2.00 a	3	R\$ 1.897,00	R\$ 5.691,00

	20.00ph			
10	Trena a laser, mínimo de 40 metros.	3	R\$ 403,75	R\$ 1.211,25
11	Trena simples, mínimo de 100 metros.	3	R\$ 174,62	R\$ 523,86
12	Capacetes	12	R\$ 136,00	R\$ 1.632,00
13	Botas sete léguas	12	R\$ 61,44	R\$ 737,28
14	Touca (Pacote com 100)	30	R\$ 16,67	R\$ 500,10
15	Jaleco	15	R\$ 68,84	R\$ 1.032,60
16	Avental (Pacote com 100 unidades)	30	R\$ 43,41	R\$ 1.302,30
17	Luvas descartáveis (100 unidades)	30	R\$ 21,61	R\$ 648,30
18	Fita de lacração	90	R\$ 40,47	R\$ 3.642,30
19	Saco com lacre (800 unidades)	3	R\$ 37,99	R\$ 113,97
20	Frasco escuro estéreo (100 unidades)	6	R\$ 400,00	R\$ 2.400,00
21	Mascara descartável com elástico e clipe nasal (Caixa com 100 unidades)	15	R\$ 26,16	R\$ 392,40
22	Caixa térmica	6	R\$ 384,84	R\$ 2.309,04
23	Caixa de Papel A4 5000 Folhas (Caixa com 10 uni.)	6	R\$ 203,40	R\$ 1.220,40
24	Caneta Esferográfica Cristal Azul (caixa com 50 uni)	6	R\$ 38,75	R\$ 232,50
25	Borracha (Caixa com 20 uni.)	3	R\$ 19,23	R\$ 57,69
26	Lápis Preto (Caixa com 72 uni.)	3	R\$ 43,96	R\$ 131,88
27	Óculos proteção	12	R\$ 8,00	R\$ 96,00
28	Pasta executiva	3	R\$ 147,98	R\$ 443,94
29	Gelo reciclável 500ml	150	R\$ 6,11	R\$ 916,50
30	Fotômetro de bolso para cloro	3	R\$ 520,00	R\$ 1.560,00
31	Kit de Reagentes Medidor de Cloro	3	R\$ 380,00	R\$ 1.140,00
<b>Valor Total da Despesa</b>				<b>R\$ 347.078,28</b>

**VI - BENS E/OU SERVIÇOS A SEREM CUSTEADOS PELO CONVENIENTE (detalhamento dos itens indicados como contrapartida, conforme projeto apresentado):**

Nº de Ordem	Especificação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Combustível para os automóveis por 12 (doze) meses	1.296 litros	R\$ 5.52 /litro	R\$ 7.153,92
02	Agente Fiscal por 12 (doze) meses	12 meses	R\$ 3.927,65/mês	R\$ 47.131,80
				<b>R\$</b>

Valor Total da Despesa

54.285,72

**VII – CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO DO PROJETO** (detalhamento de todos os bens/serviços que serão adquiridos na execução do projeto, indicando o período necessário para a aquisição/contratação de cada bem/prestação de serviço, seja com recursos do concedente ou do convenente):

	Especificação	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
Etapa/Fase 1	Veículo de passeio, 4 portas, ar condicionado, direção hidráulica.	unidade	03	01/03/2023	31/06/2023
	Computador de mesa All In One, 4 GB Ram, 500 GB HD, tela de 18 polegadas.	unidade	03	01/03/2023	31/06/2023
	Impressora portátil	unidade	03	01/03/2023	31/06/2023
	Notebook	unidade	03	01/03/2023	31/06/2023
	Câmera fotográfica Digital	unidade	03	01/03/2023	31/06/2023
	Mini termômetro de haste a prova d'água.	unidade	03	01/03/2023	31/06/2023
	Termômetro a laser digital infravermelho com mira laser.	unidade	03	01/03/2023	31/06/2023
	GPS receptor 12 canais, waypoints 1000, 24 MB de memória, à prova d'água.	unidade	03	01/03/2023	31/06/2023
	Medidor de Índice de acidez, tipo portátil e digital, aplicação medicação de ph em soluções aquosas e ambientes crit. Características adicionais com sensor de eletrodos de ph, redução de oxigênio. Modelo Digital. Faixa medição -2.00 a 20.00ph	unidade	03	01/03/2023	31/06/2023
	Trena a laser, mínimo de 40 metros.	unidade	03	01/03/2023	31/06/2023
	Trena simples, mínimo de 100 metros.	unidade	03	01/03/2023	31/06/2023
	Capacetes	unidade	12	01/03/2023	31/06/2023
	Botas sete léguas	unidade	12	01/03/2023	31/06/2023
	Touca (Pacote com 100)	unidade	30	01/03/2023	31/06/2023

Jaleco	unidade	15	01/03/2023	31/06/2023	
Avental (Pacote com 100 unidades)	unidade	30	01/03/2023	31/06/2023	
Luvas descartáveis (100 unidades)	unidade	30	01/03/2023	31/06/2023	
Fita de lacração	unidade	90	01/03/2023	31/06/2023	
Saco com lacre (800 unidades)	unidade	03	01/03/2023	31/06/2023	
Frasco escuro estéreo (100 unidades)	unidade	06	01/03/2023	31/06/2023	
Mascara descartável com elástico e clipe nasal (Caixa com 100 unidades)	unidade	15	01/03/2023	31/06/2023	
Caixa térmica	unidade	06	01/03/2023	31/06/2023	
Caixa de Papel A4 5000 Folhas (Caixa com 10 uni.)	unidade	06	01/03/2023	31/06/2023	
Caneta Esferográfica Cristal Azul (caixa com 50 uni)	unidade	06	01/03/2023	31/06/2023	
Borracha (Caixa com 20 uni.)	unidade	03	01/03/2023	31/06/2023	
Lápis Preto (Caixa com 72 uni.)	unidade	03	01/03/2023	31/06/2023	
Óculos proteção	unidade	12	01/03/2023	31/06/2023	
Pasta executiva	unidade	3	01/03/2023	31/06/2023	
Gelo reciclável 500ml	unidade	150	01/03/2023	31/06/2023	
Fotômetro de bolso para cloro	unidade	3	01/03/2023	31/06/2023	
Kit de Reagentes Medidor de Cloro	unidade	3	01/03/2023	31/06/2023	
Etapa/Fase 2	Especificação	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
	Contratação Agente Fiscal	mês	12	01/07/2023	31/06/2024
Combustível para o automóvel	litro	1.296	01/07/2023	31/06/2024	

Obs.: No campo "Unidade", indicar a unidade de medida (unidade, litro, mês, etc.)

### VIII – CRONOGRAMA FINANCEIRO DE DESEMBOLSO DO CONCEDENTE:

Mês	Desembolso
-----	------------

03/2023	R\$ 347.078,28
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 347.078,28</b>

**IX – CRONOGRAMA FINANCEIRO DE DESEMBOLSO DO CONVENENTE (CONTRAPARTIDA):**

<b>Mês</b>	<b>Desembolso</b>
08/23	R\$ 4.523,81
09/23	R\$ 4.523,81
10/23	R\$ 4.523,81
11/23	R\$ 4.523,81
12/23	R\$ 4.523,81
01/24	R\$ 4.523,81
02/24	R\$ 4.523,81
03/24	R\$ 4.523,81
04/24	R\$ 4.523,81
05/23	R\$ 4.523,81
06/23	R\$ 4.523,81
07/23	R\$ 4.523,81
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 54.285,72</b>

**X – FORMA DE AFERIÇÃO DA CONTRAPARTIDA (Listar os documentos que serão apresentados na prestação de contas para a comprovação da contrapartida em bens e/ou serviços economicamente mensuráveis):**

Combustível – Emissão de nota fiscal mensalmente.  
Profissionais – Folha de pagamento, contrato pessoal ou nomeação.

Assim ajustados, os partícipes celebram o presente instrumento, mediante assinatura/senha eletrônica, na presença de duas testemunhas.

**Procuradoria:**

**Jarbas Soares Júnior**  
**Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais**

**FEPDC:**

**Thaís de Oliveira Leite**  
**Presidente**

**Convenente:**

**Diego Rodrigo de Oliveira**  
**Presidente**

**Testemunhas:**

- 1)
- 2)



Documento assinado eletronicamente por **Diego Rodrigo de Oliveira, Usuário Externo**, em 17/04/2023, às 16:48, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **JARBAS SOARES JUNIOR, PROCURADOR-GERAL DE JUSTICA**, em 18/04/2023, às 15:10, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **THAIS DE OLIVEIRA LEITE, PRESIDENTE DO FEPDC**, em 20/04/2023, às 17:40, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELA MUSSY TOLEDO ALVARENGA, ANALISTA DO MINIST. PUBLICO - QP**, em 24/04/2023, às 14:05, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA MARIA DO PINHO OLIVEIRA BRAGA, OFICIAL DO MINIST. PUBLICO - QP**, em 24/04/2023, às 14:06, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **4978192** e o código CRC **C01FBA51**.

---

Processo SEI: 19.16.2003.0003284/2023-97 / Documento SEI:  
4978192

Gerado por: PGJMG/PGJAA/DG/SGA/DGCT

---

AVENIDA ÁLVARES CABRAL, 1740 6º ANDAR - Bairro SANTO AGOSTINHO - Belo Horizonte/ MG  
CEP 30170008 - [www.mpmg.mp.br](http://www.mpmg.mp.br)